

• ANAIS •



ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA

22 A 26 DE JULHO DE 2019

TEMA:

O ARQUIVO E SEU FAZER NA MANUTENÇÃO
DA DEMOCRACIA:
ATUAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICA



**CENTRO ACADÊMICO DE ARQUIVOLOGIA MARIA ODILA KAHL FONSECA
EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA**

ANAIS DO XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA

O arquivo e seu fazer na manutenção da democracia:
atuação, sociedade e política

NITERÓI
2019

Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia (23.: 2019: Niterói, RJ)

EXPEDIENTE

Centro Acadêmico de Arquivologia Maria Odila Kahl Fonseca – CAArq/UFF

Endereço: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social (R. Prof. Lara Vilela, 126 - São Domingos, Niterói - RJ, 24210-590).

Comissão editorial

Gabriel Barros - Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UFF, Brasil.

Lohayne Soares - Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UFF, Brasil.

Paulo Alencar - Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UFF, Brasil.

Julia Nunes - Graduanda em Arquivologia – UFF, Brasil.

Editores técnicos

Gabriel Barros

Lohayne Soares

Paulo Alencar

Designer editorial

Gabriel Barros

Avaliadores

Alexandre Faben Alves

Asy Pepe Sanches Neto

Bianca Therezinha Carvalho Panisset

Cecilia de Araujo Capetine Fiore

Cláudio Muniz Viana

Fabiana Costa Dias

Fernanda Bouth Pinto

Genevieve da Cruz de Cerqueira

Isabela Costa da Silva

Juliana Loureiro Alvim Carvalho

Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral

Roberta Pimenta da Cruz Mendonça

Sérgio Matias da Silva

Silvia Lhamas de Mello

Thayron Rodrigues Rangel

Avaliadores (premiação)

Alexandre Faben Alves

Aline da Mata Daudt

Amanda Marissa Soares da Silva

Ana Cláudia Lara dos Santos Coelho

Bruna Gomes Borges Barcellos

Juliana Loureiro Alvim Carvalho

Lorena dos Santos Silva

Raíra Lima Alves

Capa

Museu de Arte Contemporânea, Niterói, RJ – Brasil

Foto: Paulinho Muniz
(<http://culturaniteroi.com.br/macniteroi/>)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro Acadêmico de Arquivologia Maria Odila Kahl Fonseca – CAArq/UFF ou de qualquer um de seus membros.

O conteúdo e escrita dos textos presentes nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei no 9.610/1998).

E56o Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia: O arquivo e seu fazer na manutenção da democracia: atuação, sociedade e política (23.: 2019: Niterói, RJ)

XXIII Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia, Niterói, RJ - 2019: o arquivo e seu fazer na manutenção da democracia: atuação, sociedade e política: anais - Niterói: CAArq/UFF, 2019.

PDF (202 p.) : il. color

1. Arquivologia – Estudantes – Encontro. I. Centro Acadêmico de Arquivologia Maria Odila Kahl Fonseca. II. Título.

CDD: 020

FICHA TÉCNICA

Centro Acadêmico de Arquivologia
Maria Odila Kahl Fonseca –
CAArq/UFF

Gestão 2017/2018

Presidência

Rodrigo Corrêa Sant'anna

Vice-presidência

Lucas Mesquita Marcílio Soares

Secretaria

Caroline Lage Soares Lessa

Direção de Finanças

Júlia Nunes de Sousa e Silva

Direção de Comunicação

Gustavo Maçulo de Queiroz Rocha

Direção de eventos

Matheus Sonegheti do Nascimento

Direção de Assuntos Acadêmicos

Lorena Abreu da Silva

Direção de Relações Externas

Viviane de Azevedo Magalhães

Executiva Nacional de Estudantes
de Arquivologia – ENEA

Gestão 2018/2019

Coordenação Geral

Adriana Andréa Carvalho (FURG)

Lucas Thierry Monte Verde Silva
(UFPA)

Coordenação ENEArq

Lucas Mesquita (UFF)

Vivianne Magalhães (UFF)

Coordenação Acadêmica

Carol Perruche (UNIRIO)

Jonatan Dias (UNIRIO)

Coordenação Sócio/Cultural

Ana Luiza Batista de Vargas (UFES)

José Nilton Silva dos Santos Junior
(UFBA)

Victor Simonato Filho (UNESP)

Coordenação de Memória

Gisele Arcanjo (UFMG)

Victória Savino (UFAM)

Coordenação de Comunicação

Clara Christina Miranda Sobral
(UFPA)

Janiere Barbosa Oliveira (UEPB)

Júlia Mendes de Araújo Santana
(UEPB)

Mirna Galiza (UFBA)

ORGANIZAÇÃO XXIII ENEARQ

Coordenação Geral

Lucas Mesquita
Viviane Magalhães

Secretaria

Carolina Lage
Lorena Abreu

Coordenação Financeira

Gustavo Maçulo

Coordenação Científica

Gabriel Barros
Júlia Nunes

Coordenação de Infraestrutura e Logística

Rodrigo Sant'Anna

Coordenação de Comunicação

Gabriela Fontenelle
Ingrid Albuquerque

Coordenação Social e Cultural

Clarice Ferreira
Matheus Soneghetti

Coordenação Esportiva

Larissa Reis
Nathalia Brito

Colaboradores

Aline Cristina Cruz dos Santos
Ana Carolina de Almeida Sá Pinto Pires
Ana Clara Figueiredo de Assis
Clara Ferreira Rodriguês
Daniel Paraízo Barros
Eduarda Marise da Silva cicero
Fabrício Gouvêa
Gabriella Barros Alves

Graziella dos Santos Cardoso Fagundes
Higor Menezes Valente
Jessica Lorena P. S. da Silva
João Victor Macedo de Oliveira
Julia da Silva Felício
Julliane Pereira Narcizo
Larissa Reis da Silva
Larissa Tavares de Freitas Alvares
Levi Carvalho Ribeiro
Lia Hibary Horikawa
Lohayne Emerick Soares
Lohrenna Larissa de Souza Araújo
Luiz Felipe Alves da Silva
Luiza Pires Martins
Mariana Marins Pinto
Matheus Rodrigues Garcia de Almeida
Milena Teixeira Pôssas
Natália Bruno Rabelo
Paula Rodrigues de Souza
Paulo José Viana de Alencar
Priscila Cezario dos Santos
Sabrina Peixoto Teixeira
Suzana Bianca da Paixão Vieira
Thaís de Almeida Pereira Lopes
Thamiris Ledig de Carvalho Pereira
Vitória Barboza de souza
Wanessa Rodrigues de Souza
Yasmim Oliveira

PRÊMIOS E HOMENAGENS

Prêmio “Anna Carla Almeida Mariz”

Profa Dra Margareth da Silva

Professoras homenageadas

Profa Dra Esther Hermes Lück

Profa Dra Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Melhor trabalho – Eixo I

“O ENSINO DE CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA” – Juliana Maia Mendes e Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Melhor trabalho – Eixo II

“ACERVO FOTOGRÁFICO (FÍSICO) DO MUSEU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – MUFPA: MÉTODOS DE PRESERVAÇÃO ENCONTRADOS NA INSTITUIÇÃO” – Carlos Daniel do Amaral Dias Junior

Melhor trabalho – Eixo III

“O MANUSEIO DE DADOS PESSOAIS: UM DESAFIO AO FAZER ARQUIVÍSTICO” – José Augusto Bagatini e José Augusto Chaves Guimarães

Melhor trabalho - MONOARQ

“PARA QUEM E PARA QUE?: O ESTUDO DOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO CEMITERIAL DO CAMPO SANTO DO ESTADO DA BAHIA” – Leide Mota de Andrade

APRESENTAÇÃO

No tema central do encontro a palavra “arquivo” possui o sentido polissêmico de “documento de arquivo” e “instituição arquivística” e, por isso, pretende-se significar o protagonismo desses na manutenção da democracia. Dessa forma, por ser o documento de arquivo um registro fidedigno da ação que o gerou, entendemos que esse, no contexto democrático, é capaz de garantir transparência das ações governamentais e públicas, além de representar proteção aos direitos dos indivíduos em uma sociedade. E por isso, também, é de suma importância ressaltar o papel das instituições arquivísticas, especialmente as públicas, na salvaguarda destes registros documentais.

Isto posto, compreendemos a relevância do fazer arquivístico, seus métodos, técnicas e teorias clássicas e contemporâneas, para o debate, defesa e apresentação de meios para gerir e preservar os documentos e instituições arquivísticas no cenário político-social em que se inserem.

Apresentamos aqui então os **Anais do XXIII Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia**. Anais estes que são o reflexo do fôlego, envolvimento e esforços que os estudantes de Arquivologia no Brasil vêm desenvolvendo, e assim contribuindo para o fazer e o pensar da ciência do arquivos.

Contudo, defendemos que obras como essa servem não só para registrar o conhecimento acadêmico e científico, mas também para manifestar a magnitude da união estudantil. Afinal, é um orgulho para toda a comunidade arquivística brasileira que o Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia aconteça todos os anos, ininterruptamente, desde o ano de 1997.

Gabriel Barros

Coordenador Científico do XXIII ENEArq

SUMÁRIO

EIXO I - DO PROTAGONISMO DISCENTE AO ASSOCIATIVISMO E REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL	13
ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL NA ARQUIVOLOGIA: um estudo de caso do Centro Acadêmico “Benedito Nunes” de Arquivologia da Universidade Federal do Pará - LUCAS THIERRY MONTE VERDE SILVA e GEOVANNA FIGUEIREDO DOS SANTOS	14
REFLEXÕES SOBRE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIRIO (2006 – 2013) - GABRIEL VABO e RAFAEL SOARES CARVALHO ALVIM	19
O ENSINO DE CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - JULIANA MAIA MENDES e CLARISSA MOREIRA DOS SANTOS SCHMIDT	25
MEDIAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: análise crítica sobre o ensino - NATHÁLIA FRAGOSO e MARIELLE BARROS DE MORAES	30
EIXO II - O FAZER ARQUIVÍSTICO: DA GÊNESE À PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL	36
PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS MICROFILMADOS: análise das práticas no acervo de microfilme da Cinbesa - GISELE LIMA E SILVA	37
PERSPECTIVAS DO PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO: uma abordagem sobre a classificação de documentos - JOSUÉ COSTA DE OLIVEIRA	42
O DOCUMENTO AUDIOVISUAL NA ARQUIVOLOGIA: definições e problemas encontrados - MATHEUS RODRIGUES GARCIA DE ALMEIDA	47
A EVOLUÇÃO DO ARQUIVO E DA ARQUIVOLOGIA NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA - IZABELA CAROLINE DA SILVA ARAUJO	52
A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO NA DISSEMINAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL - EMANUELLE FRANÇA DE AVIZ e CLARISSA GABRIELLE IPIRANGA CORRÊA	56

INDEXAÇÃO E TECNOLOGIA: princípios básicos e avançados no Tribunal de Justiça do Pará - JAQUELINE DA COSTA LOPES	60
ACERVOS JURÍDICOS: uma experiência acadêmica no Tribunal de Justiça do Estado do Pará - MAISA MONTEIRO DE OLIVEIRA e KEILA SIQUEIRA DE BARROS	64
MICROFILMAGEM COMO SUPORTE DE PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL: um estudo no acervo do centro de registro e indicadores acadêmicos da UFPA (CIAC) - ELY ANNE MONTEIRO ANDRADE e LUIS FELLIPE LOUREIRO FARIAS ...	70
ACERVO FOTOGRÁFICO (FÍSICO) DO MUSEU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – MUFPA: métodos de preservação encontrados na instituição - CARLOS DANIEL DO AMARAL DIAS JUNIOR	75
GESTÃO DOCUMENTAL NO PROTOCOLO DO CENTRO DE REGISTRO E INDICADORES ACADÊMICOS - FERNANDA DI PAULA SOUSA DA CRUZ	80
A DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA E OS DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL: uma perspectiva de análise sobre a falsificação do prontuário de identificação civil - MILTON BEZERRA GOMES NETO e GILBERTO GOMES CANDIDO	83
ESTUDO DE CASO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB SOBRE GESTÃO DOCUMENTAL - MARIA DO SOCORRO FERNANDES OLIVEIRA	89
CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO: uma história do acervo de microfilmes da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) - BEATRIZ FERREIRA FRANCO	94
IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA E ESTUDO DAS TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS NA COLEÇÃO TEXTUAL DO NÚCLEO DE MEMÓRIA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - KALINKA BRANT DA SILVA e GILLIAN LEANDRO DE QUEIROGA LIMA	99
GESTÃO DE DOCUMENTOS E FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS EMPREGADAS NA SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DE BELÉM/PA - CHRYSYTHIAN KEWIN NAIFF LIBÓRIO	104

GESTÃO DE DOCUMENTOS: a Avaliação Documental como função e/ou tarefa na (des)construção de um contexto arquivístico - **RUBEM DA SILVA XERFAN** 110

GESTÃO DOCUMENTAL EM ACERVOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS: diagnóstico do arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT/Belém) - **GEOVANNA FIGUEIREDO DOS SANTOS e IANE MARIA DA SILVA BATISTA** 115

PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO DE OBRAS RARAS DO CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA (CMA): o caso Severa Romana - **RUAN DENNER GOMES DE CASTRO** 120

A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO E SEU LUGAR NOS ARQUIVOS MUNICIPAIS: o Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte - **SUELLEN ALVES DE MELO** 121

PARA QUEM E PARA QUE?: o estudo dos documentos do arquivo cemiterial do Campo Santo do Estado da Bahia - **LEIDE MOTA DE ANDRADE** 123

EIXO III - ARQUIVO, SOCIEDADE E POLÍTICA: O PAPEL SOCIAL DO ARQUIVO E AS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS E DE ACESSO 124

ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA EM RELAÇÃO À PROTEÇÃO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS - **YORRANA HINGRYD CALAZANS e MARTA LÍGIA POMIM VALENTIM** 125

UMA VIAGEM NO TEMPO POR MEIO DOS LONG PLAY's: a fonoteca Satyro de Mello preservando a história e a memória musical e promovendo a difusão arquivística - **CLARA CHRISTINA MIRANDA SOBRAL e MARILENE ANDREZA GUERREIRO DE SOUZA** 129

ARQUIVOLOGIA E COMUNICAÇÃO: dois olhares sobre a memória institucional - **DANIELE AUGUSTA DOS SANTOS SILVA** 133

O PAPEL DOS CENTROS DE INFORMAÇÃO/ARQUIVOS NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE RACIAL - **GABRIELLA BARROS ALVES** 137

ACESSO À INFORMAÇÃO: perspectivas no Arquivo Médico da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará - NAYANE ARNAUD DA VERA CRUZ e EMILLY AMANDA CHUCRE DE CAMPOS	143
O PAPEL SOCIAL DA ARQUIVÍSTICA NO COMBATE ÀS FAKE NEWS - ALAN DE OLIVEIRA CORREIA E BRUNA LESSA	148
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE - RENAN TRINDADE DA CRUZ e MARIA LEANDRA BIZELLO	153
O ACESSO À INFORMAÇÃO E OS ARQUIVOS: a LAI e o papel social dos arquivos públicos - NATÁLIA BRUNO RABELO e VANESSA STEMBACK PAZ ..	158
O ACESSO À INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS MUNICIPAIS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTOS POR MEIO DA LAI - LETICIA DE JESUS NASCIMENTO	165
O MANUSEIO DE DADOS PESSOAIS: um desafio ao fazer arquivístico - JOSÉ AUGUSTO BAGATINI e JOSÉ AUGUSTO CHAVES GUIMARÃES	170
POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS: os desafios históricos para sua consolidação e a atual situação no cenário brasileiro - SHANNA DE OLIVEIRA RANGEL e EVELYN ALVES SOARES	177
TRADIÇÃO DAS GINCANAS EM VERA CRUZ: a Arquivologia como meio de recuperação de uma memória social - ROBERTA WAGNER	182
MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E INFORMAÇÃO - MIRNA GALIZA e DEREK TAVARES	187
MÍSTICA, ROMANCE, PROFECIA: Arquivo Público Municipal de Marília como laboratório da história da cidade - IRENE BERNARDO e MARCIA CRISTINA DE CARVALHO PAZIN VITORIANO	192
DESINFORMAÇÃO E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: discussões e possibilidades na Arquivologia - ANA ROBERTA PINHEIRO MOURA	197

RELATO DE PALESTRA: REPRESENTAÇÕES E SENTIDOS DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NOS ARQUIVOS E NA ARQUIVOLOGIA - JACQUELINE RIBEIRO CABRAL	198
---	------------

A DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA E OS DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL: uma perspectiva de análise sobre a falsificação do prontuário de identificação civil

Milton Bezerra Gomes Neto (miltonbezetra@gmail.com)¹;
Gilberto Gomes Candido²

¹Graduando em Arquivologia. Universidade Federal do Pará (UFPA)

²Mestre em Ciência da informação. Universidade Estadual Paulista (UNESP)

RESUMO

Observamos nas últimas décadas pelos meios de comunicação, reportagens acerca de apreensões de quadrilhas que agem na falsificação e/ou adulteração de documentos em todo o território nacional, bem como no Estado do Pará. Sendo assim, a abordagem desta temática tem como intuito proporcionar procedimentos que possam auxiliar na identificação da falsificação com contribuição da Diplomática Contemporânea e da Documentoscopia como Ciência forense. Posto isto, entende-se que todo documento tem elementos e características intrínseca e extrínseca que os identificam arquivístico como autênticos ou auxiliam no reconhecimento de uma falsificação, no caso do documento aqui abordado, o prontuário de identificação civil, nele podem-se observar os elementos fundamentais que darão ao documento a formalidade que o merece, são eles: os dados básicos de nascimento do indivíduo extraídos da certidão original, a identificação do órgão que o emitiu, dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Diplomática; Falsificação; Documentoscopia; Tipologia.

INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, o ser humano foi evoluindo sua capacidade cognitiva de manusear, criar e armazenar os documentos. Contudo, seu desejo natural de se sobressair perante a sociedade ainda permanece revelado, muitas vezes, até mesmo para práticas ilícitas. Um dos meios os quais essa forma é utilizada é na falsificação documental. Deste modo se torna comum o aparecimento dos mais diversos tipos de falsificações, partindo de uma “simples” assinatura até a montagem de um documento completo.

Assim sendo, buscou-se abordar nesta pesquisa a análise dos elementos diplomáticos do prontuário de identificação da Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA). Contudo, antes de adentrar-se neste assunto, buscou-se em um primeiro momento contextualizar um pouco sobre: a história da Polícia Civil, a Diplomática Contemporânea e a Documentoscopia.

Desta forma, essa pesquisa busca trazer discussões teóricas e prática sobre o documento de identificação civil, mais especificamente sobre o documento

denominado de Carteira de Identidade, esse ao ser elaborado serve ao cidadão em seu âmbito social para a sua identificação.

Sendo assim, a Carteira de Identidade é um documento elaborado para a representação de um ser humano na sociedade onde está inserido, em sua estrutura se apresenta alguns elementos descritivos, como sendo: Data de Expedição, Nome, Filiação, Naturalidade, Documento de Origem e Data de Nascimento, além da Foto e Assinatura, no entanto o seu conteúdo é variável, pois irá variar de ser humano para ser humano em seu contexto social.

Desta maneira, por ser um Documento de identificação, esse acaba sendo visada a falsificação, com intuito de se passar pela pessoa, seja para a compra de bem durável ou de consumo, ou até para autorização de entrada em eventos devido a restrições que são apresentadas na legislação Brasileira vigente, dentre outros aspectos.

Logo, o intuito desta pesquisa é demonstrar as fraudes ocorrentes sobre os documentos civis, demonstrando elementos que podem ser observados sobre esse para que se reconheçam as alterações realizadas, e com isto inibir tal prática criminal.

Buscando-se assim, elementos na Diplomática Contemporânea que auxilie na compreensão da estrutura de forma e conteúdo ao agir em conjunto com a técnica de Documentoscopia.

METODOLOGIA

Desta forma, tem-se como proposta analisar os elementos diplomáticos existentes no prontuário de identificação da cédula de identidade emitida pela Polícia Civil do Estado do Pará, visando contrapor características que singularizam os documentos originais para com os falsificados. Para isso, a metodologia adotada para obter este resultado é a abordagem qualitativa.

Abordagem essa que, segundo Minayo (2001) busca por questões específicas e pormenorizadas preocupando-se com a realidade que não pode ser mensurada e quantificada.

Além disso, esta pesquisa pode ser classificada como um estudo de caráter exploratório, perpassando por um levantamento da literatura visando o entendimento

dos procedimentos técnicos abordados, os quais são ligados a produção do documento original.

Outrossim, serão realizadas entrevistas com a equipe datiloscópica da Polícia Civil do Estado do Pará. Desse modo, serão obtidas informações que possam elucidar casos encontrados de falsificação na documentação abordada.

Ao que tange a etapa de coleta de dados para a elaboração deste, serão realizadas pesquisas de campo a fim de uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de contexto da vida real.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A tipologia documental está direcionada para o acréscimo da diplomática no que se refere à produção do documento, por meio do contexto inserido nas indicações de uma organização enquanto distribuidora das funções relativas à instituição que gera e armazena o documento.

Segundo Bellotto (2008, p. 2),

A tipologia documental é a ampliação da diplomática em direção da gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora. Assim, o objeto da diplomática é a configuração interna do documento, o estudo jurídico de suas partes e dos seus caracteres para atingir sua autenticidade.

Vale Salientar que esta verificação de autenticidade pode ser um papel da diplomática ou da documentoscopia. Por isso, deve-se conhecer o que cada uma tem em comum e interligar suas diferenças contribuindo assim para uma interdisciplinaridade e uma eficácia na identificação do mesmo.

Uma das ferramentas utilizadas no reconhecimento de falsificações em documentos pode ser a diplomática, pois de acordo com Bellotto (2002, p. 13), “ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial [...] emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras [...] tornam-se, estes documentos, por isso mesmo, eivado de fé pública, o que lhes garante a legitimidade de disposição”.

Outra e não menos importante forma de verificação de autenticidade e a Documentoscopia que de acordo com a Nunes e Fernandes (s.d., não paginado):

A documentoscopia é a ciência que se dedica ao estudo de documentos, no sentido de determinar a sua veracidade ou não veracidade para fins judiciais. Para tal, recorre à aplicação metódica de um conjunto de

conhecimentos científicos, envolvendo técnicas de análise não destrutivas e destrutivas, com recurso a equipamentos especializados.

A falsificação documental é uma prática ilícita a qual se desenvolveu com o passar dos tempos e está se transformando em um fato corriqueiro perante a sociedade, ainda que, afirmar a veracidade das informações contidas nos documentos para comprovar sua legitimidade.

A falsidade ideológica é lavrada como crime no Brasil, está exposta no capítulo III (Falsidade Documental), art. 299 do Código Penal Brasileiro o qual teve sua última ratificação³ datada de 1940. O presente artigo expõe que:

Art. 299- Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena- reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único- Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte. (BRASIL, 1940, não paginado).

O crime de falsidade ideológica é expor em documento particular ou público, dados contrários à realidade ou omitir informação das quais se tem conhecimento, induzindo assim alteração em conjunção jurídica. O crime de falsa identidade é anuir a si ou a outrem identidade que sabe não ser verdadeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa busca contribuir com as oportunidades para que arquivistas possam atuar com efetividade na Polícia Civil do Estado do Pará, principalmente no setor de datiloscopia auxiliando-os na identificação, visto que, hoje em seu quadro de colaboradores não possui nenhum profissional da área.

Por meio deste, iniciaremos o contato com o material a ser estudado baseando-o com a teoria e conscientizando o usuário acerca de sua importância, pois caso o mesmo não possua este documento emitido de forma oficial, por um órgão público, estará impossibilitado de exercer seus direitos e estará contrariamente aos seus deveres enquanto cidadão.

³O mesmo que confirmação; ato ou efeito de ratificar, ou seja, confirmar, validar, aprovar, consentir expressa ou tacitamente, dando validade ao que se fez ou que se prometeu anteriormente, que, por vício de forma ou de fundo, é suscetível de nulidade.

Sabe-se que, todo documento tem elementos e características que os identificam como originais ou auxiliam no reconhecimento de uma falsificação, no caso do documento aqui abordado, o prontuário de identificação para a criação de uma cédula de identidade, podem-se observar elementos fundamentais e que darão ao documento final a formalidade que o merece, são eles: os dados básicos de nascimento do indivíduo extraídos da certidão original, a identificação do órgão que o emitiu, dentre outros.

Visto isso, o órgão competente tem realizado ações com o objetivo de que, quem ainda não possui a documentação, que a emita, bem como ações para coibir a produção de falsificação, desarticulando quadrilhas e apreendendo materiais que ora seriam utilizados na confecção dos mesmos.

REFERÊNCIAS

BELLOTO, Heloisa Liberalli. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. 2002.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

BRASIL. Decreto Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 10 dez. 2018.

JUS DÚVIDAS. **Falsidade ideológica x falsa identidade**. 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/duvidas/27839/falsidade-ideologica-x-falsa-identidade>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Pesquisa+Social%3A+Teoria%2C+m%3A9todo+e+criatividade&btnG=. Acesso em: 04 out. 2018.

NUNES, Judite Magalhães; FERNANDES, Carina Pereira. **Documentoscopia e Grafotecnia**. Gandra: Associação Portuguesa de Ciências Forenses, [s.d.]. Disponível em: http://apcforenses.org/?page_id=30. Acesso em: 10 dez. 2018.

YIN. Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. Disponível em:

https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf. Acesso em: 10 dez. 2018.

